

Apresentação

Em 10 de julho de 2016, o país completou quinze anos de aprovação do seu Estatuto da Cidade, lei federal que regulamentou o capítulo da política urbana da Constituição de 1988. Após mais de uma década de tramitação no Congresso Nacional, a lei trouxe consigo a expectativa de que as cidades brasileiras finalmente contariam com um marco jurídico capaz de reorientar nosso processo de urbanização. Temas como regularização fundiária, captura da mais-valia urbanística e combate aos imóveis ociosos estavam na pauta de uma agenda urbana progressista.

De lá para cá, muitas mudanças institucionais e jurídicas ocorreram. Foram criados o Ministério das Cidades e o Conselho Nacional das Cidades, bem como um intenso processo de elaboração e revisão de planos diretores. Mais da metade dos municípios brasileiros contam com plano diretor atualmente. No começo dos anos 2000, esse índice não chegava a 15%.

Muitos municípios passaram a experimentar a aplicação de instrumentos tributários, jurídicos e urbanísticos. Proliferaram-se estudos e pesquisas sobre esses casos, com histórias de sucesso e fracasso. Mas, acima de tudo, os últimos anos mostraram que o avanço do marco jus-urbanístico não garantiu a sua efetividade. As cidades brasileiras não se transformaram em lugares mais justos e igualitários.

É com o intuito de refletir sobre a trajetória da política urbana brasileira na última década e meia que a Editora Fórum e o Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU apresentam o *terceiro número da Revista Brasileira de Direito Urbanístico – RBDU*, uma edição especial com um *dossiê dos 15 anos do Estatuto da Cidade*.

Proseguimos com a sistemática inaugurada na edição anterior de seleção de trabalhos mediante edital, com avaliação dupla às cegas. Esse sistema permite que trabalhos de excelência sejam escolhidos, como mais uma vez ocorreu no atual número.

A esses trabalhos agregamos textos de convidados, professores reconhecidos na área do direito urbanístico brasileiro. Agradecemos aos colegas Edésio Fernandes, Fernando Guilherme Bruno Filho e Henrique Frota pelas valiosas contribuições em forma de texto.

Agradecemos também ao nosso Comitê de Pareceristas, sem o qual não seria possível editar um periódico com a excelência desejada. Pelo compromisso e valiosa colaboração nessa tarefa, agradecemos especialmente aos professores: Adriana Nogueira Vieira Lima, Angélica Maria Santos Guimarães, Betânia de Moraes Alfonsin, Bianca Tavorari, Bruno Soeiro Vieira, Cynara Monteiro Mariano, Daniel Gaio, Danielle Cavalcanti Klintowitz, Debora Sotto, Guadalupe Almeida, Henrique Botelho Frota,

João Aparecido Bazolli, Kleidson Nascimento dos Santos, Lígia Maria Silva Melo de Casimiro, Marcelo Eibs Cafrune, Marinella Machado Araújo, Marise Costa de Souza Duarte, Miguel Etinger de Araujo Junior, Paulo Afonso Cavichioli Carmona, Raphael Bischof dos Santos, Rodrigo Faria Gonçalves Iacovini, Sabrina Durigon Marques, Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino e Vanêscia Buzelato Prestes.

Desejamos que os artigos aqui publicados sejam apropriados pelos profissionais e pesquisadores como inspiração para a construção de cidades mais justas, democráticas e equilibradas. Boa leitura!

Editora Fórum
Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico